



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 53**

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

3.º Reunião em 27/11/2020

Aos vinte e sete dias do mês de Novembro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Vogal Ana Cláudia Pinto de Oliveira, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Sónia Patricia Pinto Gomes, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel Correia Girão, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, João Miguel Moniz Laranjeira da Silva, Júlia Margarida Ribeiro Correia, António Manuel Santos Salavessa e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.<sup>001</sup>

Pelas 19:00 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão faltou o deputado, Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa, e João Francisco Carvalho de Sousa. Faltou a Vereadora e Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, da Primeira Secretária da Mesa Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, pela sucedânea Ana Cláudia Pinto de Oliveira, e dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Carlos Mário Magalhães Anileiros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Jorge Manuel Correia Girão, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Júlia Margarida Ribeiro Correia, e António Manuel dos Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, Rogério António Gonçalves Cachide, António Alberto Rodrigues dos Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, e Jerónimo dos Santos Dias, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião da Sessão, por Sónia Patricia Pinto Gomes e Nuno Frederico Miranda Leite, respectivamente.<sup>002</sup>

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota dos restantes pontos da “Ordem-do-Dia” constantes da convocatória da sessão:

**Ponto 7** – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2021;

**Ponto 8** – Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021;

Ponto 8 — alínea a) - Proposta de alteração à proposta da Câmara para a taxa de IMI para prédios urbanos - apreciação e votação;

**Ponto 9** – Apreciação e votação da Derrama 2021;

**Ponto 10** – Apreciação e votação da Participação Variável no IRS 2021;

**Ponto 11** – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2021;

**Ponto 12** – Apreciação e votação do Regulamento de Instrução dos Procedimentos Administrativos do Município de Aveiro;

**Ponto 13** - Proposta de recomendação - Georreferenciação das árvores do Município de Aveiro - apreciação e votação.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

### **Ponto 7 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2021.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

Continuando, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>003</sup>

*"Boa noite a todos. A minha introdução será respeitante aos pontos 7, 8, 9, 10, e 11. Portanto não usarei da palavra nos outros pontos dado que, como é óbvio, estes pontos têm uma ligação muito íntima ao Plano e Orçamento para 2021.*

*Algumas referências de introdução do documento. Obviamente é um documento importante, é o documento mais importante que tratamos na Câmara e na Assembleia ao longo do ano.*

*Irei referenciar aqui alguns aspectos principais, os colegas já o leram, estudaram todos o documento e obviamente estarei aqui ao dispor para o debate que podemos ter sobre esta matéria.*

*Em primeiro lugar fazer a referenciação dos nossos objectivos principais: a consolidação da recuperação financeira da nossa Câmara. 2021 é o ano de atingir a barreira do rácio de 1.5 e ultrapassar no sentido descendente, donde vimos desde 2014. Portanto este é um objectivo muito importante na gestão do ano de 2021. Obviamente no contributo dos anos anteriores. A marca da plurianuidade nos documentos é óbvia e vai continuar a ser assim como é evidente.*

*Em segundo lugar uma dimensão de investimento muito forte. Vamos manter, pela capacidade que gerámos na nossa Câmara vamos manter investimentos em 2021 muito relevantes. Obviamente com algumas áreas a terem uma incidência mais forte. Destaco aqui a qualificação urbana e viária com 18 milhões de euros. A Educação com 10 milhões em obras e 5 milhões em actividades, sendo que muitas das actividades dos serviços tem a ver com as competências novas que recebemos na descentralização.*

*A área da Cultura com 3,3 milhões em obras e 4,6 milhões em actividades. O Desporto com 4.6 milhões. O Desporto começa a ter em termos de orçamento uma dimensão expressiva e aqui há vários contribuintes, mas enfim, lembrando são as obras de qualificação e renovação com os concursos que iremos lançar no mês de Janeiro logo no arranque do ano, do que ainda chamamos a Piscina do Galitos e o Pavilhão do Alavário. E depois outra obra que poderá não ser lançada em Janeiro que é o "Pavilhão Oficina" que construiremos junto do nosso Estádio Municipal Mário Duarte.*

*E a Habitação Social que continuará a ter uma expressão financeira muito especial de aproximadamente 3 milhões de euros neste nosso Plano e Orçamento.*

*E uma terceira frente, óbvia, nova em termos de Plano e Orçamento, que é o combate à pandemia.*

*Obviamente ela está cá e temos que a combater. Tomamos a decisão dela não ter rubricas específicas porque entendemos que isso não teria sentido nenhum.*

*Poderíamos no âmbito da Despesa criar algumas rubricas específicas mas não fazia qualquer sentido, mas também no âmbito das Receitas porque como sabemos as perdas são elevadas.*

*E o trabalho que estamos a fazer tem essas duas dimensões. Tem a dimensão da despesas pelos investimentos que fazemos nos apoios a entidades cooperantes, mas também a dimensão da perda da receita quando decidimos não ter a receita a, b, ou c, como forma de contributo e apoio à actividade económica.*

*Portanto estão aqui as três frentes principais deste Plano e Orçamento que aqui trazemos.*

*Fazer algumas referências daquilo que são os novos concursos públicos que vamos lançar. Dois deles acabei de falar. Pavilhão Oficina do EMA e o concurso conjunto, da Piscina e do Pavilhão do Alavário.*

*A segunda Ponte da eclusa que também é um investimento muito importante e que está na fase final de projecto e vamos lançar concursos no arranque do ano.*

*Dar-vos nota também que acabou a recolha de pareceres de estudo prévio daquela quantidade de entidades que tivemos de consultar, APA, CCDR, ICNF etc e temos luz verde para prosseguir esse nosso projecto e passar à fase de obra quando tivermos o concurso terminado.*

*Será o ano (finalmente) tem sido um processo muito complicado, primeiro com a DRCC e depois com a nossa projectista, de arrancar com a obra de requalificação do Museu Santa Joana. Tivemos graves problemas de entrada de água no edifício e da absorção de água do solo pelas paredes na zona mais antiga do edifício. Com obras específicas lá dentro como são a reabilitação da "talha dourada" da Igreja de Jesus. E uma outra obra nova que é a*

*qualificação do Adro da Sé e da Muralha, cujos projectos estão a ser desenvolvidos pelo Arqto. Siza Vieira.*

*Uma outra área que eu gostava de destacar nesta introdução e que falamos menos dela que é as áreas das actividades económicas (AAE), os reinvestimentos, mas agora chamadas Áreas Económicas. E ainda as Áreas Localização Empresarial que são as ALE. No que respeita a Aveiro Norte, mais conhecido como zona industrial de Taboeira, a obra que já anunciamos publicamente e que já temos Visto do Tribunal de Contas e que vai agora arrancar (está nos actos preparatórios) que é a Rua dos Ervideiros e que integra a Rua da Carreira Branca e da Boavista e que liga a uma que está em obra que é a Rua João Casal. Portanto um T fundamental da estruturação viária da nossa Zona Industrial da Taboeira e que é uma peça fundamental para tirarmos tráfego da Avenida Europa.*

*E aquele que é a nossa primeira grande aposta para o plano de recuperação e resiliência, que a assumimos politicamente, porque em termos formais não o podemos assumir, porque o PRR não existe ainda e agora tem este acidente do processo legislativo, que é este veto da Hungria e da Polónia. Mas obviamente está toda a gente a trabalhar para ele e nós também.*

*E uma das nossas apostas muito forte é aquilo a que nós chamamos o Projecto de Ampliação e Estruturação da Área Nascente, destas áreas das actividades económicas, na zona industrial de Taboeira e que já estamos em fase final de projecto de execução.*

*É um investimento de 16 milhões de euros. E que já vai contar com a integração daquele que será o grande Parque Verde desta área de acolhimento empresarial, que é aquele terreno enorme do antigo aterro sanitário de taboeira. Portanto é uma grande operação que nós apostamos muito de a ver financiada a 100% seguindo as regras do PRR, nesse quadro.*

*Mudámos de estratégia porque tínhamos uma parte de isto para ir ao Centro 2020, mas nós preferimos jogar este jogo mais arrojado e muito mais interessante para nós e é minha convicção que iremos ter durante muito tempo uma pressão de procura para localização empresarial muito forte.*

*Na área da zona industrial de Aveiro/Centro (Eixo-Oliveirinha) teremos o final da obra e a recepção da obra da variante que está a ser materializada nos termos do contrato que fizemos com a RODI e, portanto, é uma peça de qualificação muito importante também dessa zona industrial onde também queremos apostar.*

*E continuamos apostados na ligação dessa variante ao nó da auto-estrada A17 no chamado nó (existente) de São Bernardo.*

*E em terceiro a Área de Acolhimento Empresarial de Aveiro/Sul, esta mais popular pelos activistas do Bloco de Esquerda que cá vêm de vez em quando, que é esta obra que já começou que tem no fundo a função primeira de fazer o acesso à auto-estrada A1 e o novo acesso à zona da Bica.*

*Mas ela é também o lançamento da acessibilidade que estrutura a ampliação para sul desta Área Industrial de Mamoadeiro, onde a Câmara tem terrenos de aproximadamente 50 mil metros quadrados. E portanto é uma peça muito importante de estruturação dessa ampliação de uma pequena zona, porque ela é pequena em área, mas com uma localização fantástica como é óbvio.*

*Nota final para outras apostas que assumimos no Plano. Embora algumas delas ainda tenhamos que continuar a lutar para termos condição formal de as concretizar. A primeira decisão que tomamos e que está assumida na proposta de Orçamento é a de transformar o Edifício da Antiga Biblioteca em centro de interpretação artística da bienal de cerâmica de Aveiro. Como sabemos temos uma Bienal que é hoje uma importante Bienal no mundo deste tipo de eventos, tem hoje crédito de dimensão internacional. São 30 anos de uma história muito bem construída. E que constituiu à Câmara um espólio brutal porque as obras*

*premiadas são património municipal. Donde é que isso está? Bem guardado, mas não acessível às pessoas.*

*E portanto não faz sentido nós termos uma Bienal tão relevante, mas que só a vivemos de dois em dois anos. Ela merece ter um espaço de fruição permanente e entendemos que este é o local bom porque tem uma relação de muita proximidade com o Museu da Cidade, com o Arte Nova, com o nosso edifício da antiga capitania que ele próprio tem uma sala de exposições das mais notáveis, ainda por cima tirando proveito da nova estrutura da Avenida Praça que estamos a construir também.*

*A outra aposta é o Arquivo Municipal. Temos essa também fechada assumindo nós a posse do antigo Colégio Alberto Souto. Entendemos que aquele é um espaço importante, com dimensão, com capacidade para fazer tudo o que queremos fazer, que é capacidade de armazenar, capacidade de investigar, capacidade de ter áreas para formação, e para obtermos sinergias também com o Arquivo Distrital. E ali é particularmente óbvio porque eles são confinantes.*

*E queremos receber esse edifício para enquanto fazemos o projecto de adaptação e o concurso, com uma ligeira varredela, ele vá servir de escola provisória e de jardim-de-infância do Bonsucesso, quando a Escola entrar em obra que prevemos acto imediato ao final do ano lectivo 2020/2021.*

*Outra opção nova, também, que tomámos neste quadro de reflexões e de discussões na construção deste Plano e Orçamento, foi a assunção com investimentos da Câmara Municipal, que serão da Câmara Municipal, embora entregues à gestão de cada uma das Juntas de Freguesia, que são as casas mortuárias de São Jacinto e Oliveirinha.*

*As obras dos edifícios serão da Câmara, protocoladas e entregues à gestão total pelas Juntas de Freguesia. Entendemos que a envergadura, a gestão financeira, não se dava bem com a delegação de competências nessa área porque nestes casos as Juntas são titulares e gestoras dos cemitérios. Portanto tomámos esta decisão e o que interessa é que os edifícios estejam ao dispor das populações. As obras estão assumidas e vêm referenciadas no Plano e Orçamento.*

*Portanto, enfim, em termos desta nota introdutória deixava esta matéria terminando com o pacote fiscal que no quadro das nossas obrigações com o FAM, no quadro da revisão do nosso Programa de Ajustamento Municipal, que como sabemos formalizamos no fim de 2018 e estamos a executar pelo segundo ano. No primeiro ano foi quando por força dessa revisão baixámos o IMI de 0.45 para 0.40 e que mantivemos em 2020 e que propomos manter em 2021.*

*Portanto o pacote fiscal nas suas várias dimensões está igual àquilo que fizemos nomeadamente para este ano. É este o quadro das obrigações que nós temos que cumprir. E não é novidade porque isto está dito de forma muito clara desde que conseguimos essa revisão, que obviamente está integrada no Plano e Orçamento de 2019 e 2020.*

*Daí a nota, a esse nível, a conversa está feita e os argumentos são claros e a opção política também, para nós fazermos o exercício de 2021, com esse quadro da nossa relação contratual com o Fundo de Apoio Municipal.*

*E por isso é que temos um parecer positivo. Obviamente devo dizer que todos foram positivos, mas este foi o mais fácil e mais rápido de obter do FAM. Os outros andámos sempre a apertar com eles para se despacharem. Este foi o mais rápido e nem sequer foram necessárias diligências entre as equipas técnicas. Porque as equipas validaram sem diligências e, portanto, como às vezes se diz "sem espinhas" aquilo que foi a aprovação pelo Fundo de Apoio Municipal para que este documento pudesse ser apresentado na Câmara Municipal e obviamente na Assembleia Municipal que é o órgão autárquico com a competência para a sua aprovação e para que ele passe a ser Plano e Orçamento e iniciarmos a sua execução no ano de 2021.*

*A nota final é para os Recursos Humanos, que obviamente, ao lado do recurso financeiro é o recurso capital para que tudo funcione. E obviamente e naturalmente que o nosso mapa de pessoal e a nossa dimensão financeira do investimento está afectada positivamente em tudo. Na dimensão qualitativa pelos novos 316 funcionários que recebemos no quadro da descentralização da Educação. E que obviamente furou os patamares da despesa de pessoal do nosso FAM, mas obviamente em razão de uma Receita que entra no âmbito dos pressupostos do nosso processo de descentralização.*

*Dizer que o Ministério da Educação tem cumprido. Atrasou-se no primeiro mês, mas acontece a todos, mas o Ministério tem cumprido de forma impecável e dar-vos essa nota de que é o terceiro mês e no nosso processo está tudo a correr bem.*

*Portanto temos a esse nível uma dimensão de Recursos Humanos maior em razão dessa aposta nova que fizemos e que estamos muito contentes ao final de três meses de o ter feito.*

*Portanto Senhor Presidente é esta a nota que deixo para introduzir o debate, estando obviamente ao dispor e disponível para questões que queiram colocar. Muito obrigado."*

### Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [005](#)

*"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Este evidentemente não é o Plano do PAN e por isso não tem obrigatoriedade de o acompanhar na íntegra. Mas por outro lado não nos revemos em oposições antecipadas ou de protesto autoritário. E por isso, estamos sistematicamente no lado da cooperação, do contributo. Queremos ver os problemas resolvidos, independentemente de quem os soluciona.*

*Não temos nenhuma inibição em dirigir o mérito a quem o conquista. E por isso, alimentámos, durante bastante tempo, alguma expectativa no reposicionamento do Executivo em matérias que, convictamente, considerámos serem concretizáveis durante o presente mandato.*

*A opção por um equilíbrio entre o pagamento progressivo da dívida e a continuidade do investimento público, foi uma opção previsível. O atual Executivo beneficiou de um importante e decisivo mecanismo de recuperação financeira e ficou obrigado à implementação de medidas de reequilíbrio orçamental e de reestruturação da dívida, sendo que, nunca poderia deixar cair as suas ambições de concretização do seu programa eleitoral.*

*A gestão financeira deste Executivo, fortemente sustentada na manutenção de impostos elevados, mas que reconhecemos equilibrada, não sendo fruto de um ato de genialidade, comporta, para já, o mérito de não ter reincidido nos erros que executivos anteriores protagonizaram.*

*Mas não basta dizer que a Câmara tem contas certas. Seria para nós fundamental que governasse para as pessoas. Todos os Executivos precedentes deixaram obra feita: asfaltamentos, rotundas, túneis, passeios, passagens superiores e inferiores, o Estádio.*

*Mesmo os que não tinham as contas equilibradas, deixaram obra feita. Por conseguinte, alcatrão e betão nunca foram uma impossibilidade, mesmo para as Câmaras tecnicamente falidas.*

*No que respeita aos projetos e às obras que o Executivo tem vindo a concretizar, o investimento na rede viária é evidente, mas continuamos a notar que os mesmos ocorrem nas ligações principais e essencialmente no perímetro urbano ou no acesso ao centro da cidade ou zonas industriais. É visível o empenho deste Executivo em tornar mais céleres os trajetos de acesso à cidade e para a transição entre concelhos, mas continuamos a constatar que a intervenção nas ruas do interior das localidades, especialmente freguesias*

*periféricas, que não servem o turismo, continuam adiadas. E isso é uma questão que nos perturba e que gostaríamos de ver respondido.*

*A Habitação e a Ação Social. Notamos alguma capacidade ou predisposição para gerir os imprevistos. Mas sem a sensibilidade e a capacidade de reação perante as situações de emergência. As pessoas que em função da pandemia perderam o seu emprego e encontraram a inevitabilidade da rua, deviam ser ajudadas de imediato. E nessa ajuda devia imperar a humanidade, que não pode nunca depender de barreiras burocráticas e de expedientes administrativos estanques. São pessoas que em contextos dramáticos em que cada um de nós pode cair, necessitam de uma mão imediata, célere, resoluta.*

*A Cultura. A Cultura é vista como apêndice da notoriedade turística da cidade. Aliás, em todos os textos fornecidos pela Câmara Municipal, Cultura e Turismo, surgem indissociáveis. Antes a cultura estimulava o turismo, hoje o Turismo condiciona a Cultura. Partimos para o grande desígnio é certo da candidatura a Capital Europeia da Cultura, mas sem uma oferta performativa relevante, sem teatro sem cinema.*

*Aqui queria abrir um parêntese e cumprimentar a Câmara pelo protocolo que fez com a Fundação Eça de Queiroz. Ninguém aqui (pelo menos eu não ouvi) cumprimentou o executivo, e é de facto uma coisa importante para o concelho e gostava de dirigir esse cumprimento.*

*Aos apelos do PAN o Executivo respondeu sempre com silêncios e com o rumo contrário ao da resolução. Perante o grave problema dos cães abandonados e das conseqüentes matilhas que circulam, sem controlo em todo o concelho, respondeu com a edificação de parques caninos.*

*O problema mantém-se e em algumas zonas até piorou. Ao programa CED, vocacionados para gatos silvestres, respondeu com programa de esterilizações para animais com detentores, mas que têm de adiantar o pagamento. À construção do Centro de Recolha Oficial de Animais, respondeu com a apresentação de um projeto intermunicipal, que não vai existir, em razão da solidariedade entre municípios - não vai existir neste mandato.*

*Esta solidariedade na incompetência e na inércia ditou o agravamento do problema. Alertámos para a escassez de espaços verdes no concelho e o Executivo destrói o singular jardim do Rossio. Apelámos a uma Avenida para se estar e o Executivo mantém a aposta na circulação automóvel. Defendemos mais árvores e o Executivo abate árvores.*

*As recomendações que foram aqui aprovadas, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nenhuma foi efetivamente concretizada, isso com a anuência de Sua Excelência, porque não conseguiu dar o passo elementar, em frente, na substituição das garrafas de plástico nas nossas sessões de trabalho.*

*Para o PAN este mandato, em muitas matérias, tem sido uma oportunidade perdida e não há sinais de melhoria.*

*Evidentemente que o Executivo tem toda a legitimidade para continuar a percorrer o caminho que escolheu. O PAN infelizmente, por muito que quisesse, cada dia que passa vê confirmadas as razões políticas para votar contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2021. Obrigado"*

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[006](#)

*"Boa noite a todos. Reservo-me a minha intervenção para a segunda ronda."*

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

*"Muito obrigado e boa noite a todos os presentes. Efectivamente estivemos a ouvir a apresentação deste ponto com bastante atenção e consideramos também que este é o mais*

*importante documento que a Assembleia pode discutir na sua actividade regular. E por isso não podemos deixar de apontar as falhas que consideramos constituem este documento.*

*Em primeiro lugar a questão dos impostos.*

*Mais tarde na ordem de trabalhos vamos poder discutir com mais detalhe o IMI, mas segundo as declarações do Senhor Presidente a Câmara prevê sair dos limites de endividamento e até ultrapassar o rácio do 1.5 dos endividamentos e portanto não compreendemos a política de continuar com impostos no máximo e principalmente num contexto de enorme e aguda crise económica e social. Era importante que a Câmara desse esse sinal de apoio à população baixando os impostos fazendo um alívio fiscal às famílias.*

*Por um lado quando optou por aumentar todos os impostos para as taxas máximas fê-lo antes sequer de aderir ao FAM e agora que tem a possibilidade de negociar com o FAM e aplicar taxas mais baixas continua a aplicar as taxas máximas. E portanto isto prova aquilo que o Bloco de Esquerda sempre disse sobre a política fiscal do Executivo, que era uma escolha política. Para além de ser uma imposição do FAM, obviamente é também uma escolha política.*

*Em segundo lugar apontar aquilo que nós consideramos os insuficientes apoios sociais.*

*Nós vemos com este documento a continuação de um documento que cria a dependência dos agregados familiares que precisam dos apoios sociais para com a Câmara. Não vemos aqui constituído um verdadeiro serviço de apoio social, um verdadeiro serviço público de ação social, o que vemos é a continuação de um modelo de dependência. Quando podia estar a constituir direitos, nomeadamente com a tarifa social da água automatizada, vemos a continuação de uma política discricionária em que o poder de decisão cave à Câmara e não há critérios objectivos e claros de como deve funcionar um direito. O que nós vemos é um modelo caritativo que depois é consubstanciado na externalização daquilo que é a ação social da Câmara em IPSS e nós naturalmente que rejeitamos esse modelo. Nós defendemos um modelo público que deve estar sob alçada do Estado como entidade que providencia o apoio social.*

*Em terceiro lugar representa o documento, ele também, o modelo de continuidade de desenvolvimento da Câmara, baseado em investimentos brutais no espaço público, sem acompanhar esses investimentos com políticas de habitação, e políticas de requalificação do edificado. A combinação destes elementos faz com que efectivamente exista aqui uma promoção da especulação imobiliária e da geocentrificação.*

*O Executivo poderia por exemplo combater estes efeitos diminuindo estes investimentos no espaço público e fazer políticas de habitação e nomeadamente com políticas que já aqui mencionámos, como a criação de rácios de habitação a custos controlados por nova habitação construída, rácios de alojamento local construídos por disponibilização de arrendamentos nomeadamente em zonas particularmente pelo efeito do alojamento local. Ou pela construção directa de fogos a preços acessíveis, não só habitação social, mas uma verdadeira política de habitação para a dita classe média. Como sabe e tem noção disso, o custo da habitação em Aveiro está a chegar a tal ordem que famílias de rendimentos médios já não conseguem comportar alugueres de habitação em Aveiro. Um T2 neste momento na zona urbana, nem sequer é no centro, custa em média 700 euros para alugar. Ora isto é proibitivo. Isto é um ataque ao direito constitucionalmente garantido do direito à habitação. E portanto nós consideramos que a Câmara deveria ter políticas para combater este flagelo social. E isto também faz com que a reabilitação do espaço público, sem essas políticas de habitação, faz com os preços da habitação aumentem e portanto se tornem num agravamento numa coisa que é tão essencial como a habitação.*

*E depois temos também a continuação da política em que a matriz urbana é definida segundo as prioridades do paradigma do automóvel individual e feito à medida das grandes*

*superfícies comerciais, em vez de apostarmos na mobilidade suave e na mobilidade colectiva.*

*Este documento continua no erro da concessão dos transportes públicos. Nós sempre considerámos essa opção um erro e esse erro é pago pelos utentes dos transportes que tem um serviço de mínimos se compararmos com a MoveAveiro o que existe agora é verdadeiramente drástico o corte. Citando o exemplo pessoal, eu durante muito tempo vivi em Nariz e nós tínhamos autocarro para Aveiro, se nós quiséssemos ir ao Cinema ou se quiséssemos sair seja lá para o que for, tínhamos autocarro para Aveiro às 23 horas. Com a concessão dos transportes isso deixou de existir. O último autocarro que vem de Nariz é às 19 horas. Portanto houve aqui um corte drástico na oferta. E também houve um aumento dos preços do tarifário. E portanto quem ficou a perder foram os utentes e foi a Câmara Municipal que perdeu um activo e uma grande ferramenta de planeamento territorial e perdeu também os municípios porque pagam uma renda fixa ao concessionário Transdev. E não satisfeito vamos ter também ao acumular dessa renda, o concessionário vai ser premiado com um ferry pago pela autarquia. E vemos também que a CIRA, na qual o município de Aveiro também contribui, a pagar mais uma renda, de um valor que ainda não conhecemos apesar do Bloco já ter apresentado um requerimento à CIRA para que esse valor fosse tornado público. Mas é mais uma renda paga ao serviço da concessão da Transdev e portanto o sinal aqui é claro. Para os privados tudo é permitido, todas as portas estão abertas, e para a população vemos apoios sociais insuficientes e custos da habitação a aumentar. Continuação do modelo do automóvel individual que tem custo não só na reabilitação urbana como custos na saúde pública e, portanto, nós não podemos obviamente acompanhar este documento. Disse."*

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Não propriamente neste ponto queria dar os parabéns à Câmara pela decisão ontem de atribuir a uma rua da Cidade o nome de 25 de Novembro.*

*Relembrar esta data, 25 de Novembro de 1975, é conjuntamente com o 25 de Abril, podermos estar aqui em democracia e que acabou com aquela deriva reacionária, de esquerda, que pretendia que Portugal fosse uma ditadura. Convém relembrar isto porque às vezes as pessoas esquecem.*

*Relativamente ao documento em análise a apresentação e a síntese que o Senhor Presidente da Câmara fez não nos deixa muito mais para acrescentar.*

*É o último Orçamento deste mandato. Vem na sequência de toda uma política que vem sendo seguida desde 2013. E não serão muitas as Câmaras neste país que conseguem ano após ano aumentar o valor do investimento. Diminuir o valor da dívida. E ainda fazer face a situações anómalas como é o caso do Covid. Não recorrer à possibilidade que tinha de não pagar a dívida FAM. Podia tê-lo feito e não o fez. E portanto tudo isto é prova da boa gestão que vem sendo feita e que não haverá muitas Câmaras por esse país que tenham dados comparáveis.*

*De resto subscrevemos todos os investimentos. Todos os projectos. Finalmente parece que o novo arranjo da zona da Sé vai avançar com projecto de Siza Vieira. E julgo que vai ser muito importante quando estiver pronto para a cidade porque julgo será o único monumento do Arqto Siza Vieira. Sabemos todos que este nome traz turistas, um turismo de muita qualidade. Um turismo baseado em obras de arquitectura, obras de arte, acho que Aveiro irá ser muito beneficiada com essa obra.*

*Destaque também para a habitação social. Os volumes de investimento na requalificação são enormes. Há quem não repare nisso porque se calhar tem dificuldade em fazer algumas*

*contas. Mas termos de requalificação do edificado certamente que a maior parte do parque de habitação social municipal terá umas condições de habitabilidade muito superiores àquelas que tinha no início deste mandato.*

*Quanto à requalificação viária todos nós vemos. Obviamente nem todos podemos estar de acordo com os projectos. Se calhar se fosse pedido para elencarmos um conjunto de prioridades haveria trinta e sete documentos diferentes porque cada um tem os seus gostos, as suas ideias, isso é normal. Mas quem está mandatado para dirigir e apresentou um programa para governar e que foi sufragado, cumpre com esse programa e é isso que a Câmara tem vindo a fazer.*

*E portanto dentro de todos estes investimentos a Educação é obviamente muito importante. Com a descentralização e com as novas competências que a câmara tem e com as novas escolas que têm vindo a serem construídas.*

*A Cultura tem vindo também a ser realçada, não só com a candidatura a Capital Europeia da Cultura, mas também com tudo o que se tem vindo a ver com a requalificação de edifícios, de protocolos, enfim, temos vindo a beneficiar de um conjunto de situações que também melhoram a oferta cultural.*

*É verdade que neste momento não temos cinemas em Aveiro, resultado de uma obra que está a ser efectuada, mas pronto voltarão seguramente dentro de pouco tempo.*

*No desporto estamos finalmente a ter um conjunto de equipamentos dignos de uma Capital de Distrito. Aquilo que se passava com Aveiro, se houvesse um ranking de qualidade e quantidade de equipamentos desportivos, estaríamos para lá do número 300 no número de municípios, porque era inenarrável o que aqui se passava.*

*Vamos ter também a BUGA2. Outra das promessas deste programa eleitoral que se está a cumprir. E quando falam da mobilidade suave aqui têm a resposta para aqueles que dizem que nada se faz. E portanto, por todos estes motivos, obviamente que nós estamos com a Câmara e, portanto, votaremos a favoravelmente este documento."*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Esta minha primeira intervenção é muito simples. Vou fazer uma pergunta directa ao Senhor Presidente da Câmara.*

*Qual é o montante que o Executivo precisaria de ter despendido para sair do programa FAM em 2020?"*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

*"Obrigado Senhor Presidente. Saudar todos. Queria neste ponto tecer algumas considerações ao documento em análise.*

*Começava por me referir à recuperação financeira da Câmara. A opção que a Câmara tomou relativamente, que é uma opção dual, e que os aveirenses hoje têm de agradecer. Porquê? Porque não só diminuiu a dívida ou melhor, controlou a dívida e foi diminuindo e assim criou condições para os investimentos que constam dos diversos orçamentos apresentados a esta Assembleia.*

*Portanto os aveirenses devem estar, todos, satisfeitos por terem uma Câmara que resolveu um problema grave financeiro que a Câmara tinha e à medida que o controlava foi fazendo os investimentos que estão à vista de todos. São discutíveis como todos.*

*No fim de contas a acção da Câmara não é mais do que foi prometido em 2017. E portanto é olharem para o que está escrito no programa, é ver o que está feito e o que se vai fazer, e depois façam a prova dos nove.*

*Portanto dizer, Senhor Presidente, cumpriu-se o que se prometeu, está-se a cumprir o que se prometeu, e não estamos a fazer mais nada que a nossa obrigação. Era bom que todos o fizessem ao longo do seu tempo.*

*Deixava aqui um alerta Senhor Presidente. Tivemos um ano mau para todos. Mas tivemos sobretudo um ano mau para as associações e para as suas direções, que viram paradas praticamente todas as suas actividades e algumas já mostram algum receio de não poderem continuar.*

*Portanto deixava aqui no âmbito dos apoios que têm sido inscrito neste orçamento, tenha tido em atenção um apoio mais forte, sobretudo às associações culturais, sociais e desportivas. Porque o trabalho que esta gente tem feito ao longo dos anos em pró dos cidadãos do município de Aveiro, merece que esta gente seja apoiada fortemente para que tenham ânimo e sintam que apesar de tudo o que nos tem acontecido, a Câmara está com elas e os aveirenses exigem que sim. E eu espero que isso possa acontecer para que quando a epidemia acabar nós voltarmos a ter um forte impulso social, desportivo e cultural, como o que tínhamos até agora."*

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

*"Boa noite a todos. Saudar o executivo municipal por ser boas contas e de contas certas. O dinheiro que é de todos, sim porque o dinheiro da Câmara é o dinheiro de todos, o nosso Presidente da Assembleia Municipal no outro dia escreveu sobre isso, e de facto o dinheiro de todos está a ser bem gerido. Finalmente verificamos que estamos a atingir 1.5 de rácio de dívida em relação à despesa corrente. E ao mesmo tempo estamos a ter investimento. E estamos a ter investimento que dá qualidade de vida aos munícipes da Cidade de Aveiro. Qualidade de vida na Educação, onde temos mais de 15 milhões de investimento. Onde já começa a notar por todo o município e não apenas nas zonas principais da cidade, não, há obras por todas as escolas proporcionando uma qualidade superior na educação e portanto no futuro de todos também.*

*Na rede viária não posso concordar com o que ouvi aqui de que era obras apenas nas redes principais de acesso. Também temos nas redes principais de acesso como a Rua Capitão Lebre em Verdemilho ou a Rua Direita da Póvoa do Valado e outras tantas.*

*Depois ouvi aqui e fico chocada que não se investe na habitação social!? Eventualmente esse discurso estava preparado para outro ano e para outro exercício que não este de 2021. Em 2021 está previsto mais de 3 milhões de euros em investimento na habitação social. E de 2027 a 2021 já se ajudou 99 famílias. Por isso vamos olhar para os números e ter a honestidade intelectual de vermos o que estamos a falar. 3 Milhões de euros de investimento na habitação social é um montante elevado. E impõe-se reflectir e vermos a quantidade de pessoas que já foram ajudadas e que irão continuar a ser ajudadas nesta aposta séria na habitação social sem demagogia. E não é só no centro. Tivemos a reabilitação das habitações em Eixo. Portanto não estamos a falar apenas de investimento em habitação social no centro. Falamos de todo o concelho. Porque nós vimos Aveiro como um todo e não só o Centro da Cidade.*

*Depois também temos investimento na Cultura. Não apresentamos a candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura por si só. Tudo isto pressupõe investimento na Cultura. Investimento sério desde o Teatro Aveirense ao Centro Cívico de Aradas, puxando a brasa à minha sardinha, é com muito gosto que vejo a aposta na requalificação desse espaço também neste âmbito da Cultura.*

*Mas também temos aposta no Desporto. Temos também aqui uma aposta que se traduz numa aposta numa melhoria dos nossos munícipes sem esquecer o combate à pandemia, sem esquecer a afectação de verbas concretas. E se todos cumprissem como cumpre a nossa*

*Câmara estávamos muito bem e o país ia muito bem. Eu acho que uma das grandes vantagens da Descentralização é por o Governo Central não cumprir o que deve cumprir.*

*E agora falo do Colégio Dr. Alberto Souto no Bonsucesso que enquanto esteve entregue ao governo central cresceram ervas, cresceu tudo, ninguém queria saber do colégio Dr. Alberto Souto. Contava-me o Director do Arquivo Distrital que tentava entrar em contacto com Lisboa para virem limpar e ninguém lhe dava saída. Ainda bem que estamos a caminhar para efectivar os dossiers da descentralização.*

*E quanto ao Património sem dívida que será uma mais-valia, e tenho a certeza que neste caso concreto do Colégio Dr. Alberto Souto, sendo entregue à Câmara Municipal de Aveiro terá logo bom uso de imediato como o Senhor Presidente diz e bem, de transferir as crianças para lá enquanto estiver em obras a Escola do Bonsucesso e depois na criação de um Arquivo Municipal. Porque de facto se todos cumpríssemos como cumpre este executivo o país estaria bem melhor.*

*E depois também não posso deixar de falar do apoio, da cooperação, não é apoio porque as Juntas também prestam serviços, é um processo de cooperação e um acordo bilateral com obrigações para as duas partes. Mas esta cooperação quer com as Juntas de Freguesia, quer com as Associações, representa um investimento de 4.5 milhões é também um desenvolvimento na Cultura, na qualidade de vida dos aveirenses, e sabemos que é uma aposta ganha esta aposta e que assim se consegue desenvolver a Cidade através destes protocolos de cooperação que temos vindo a firmar e que ajudam todos e também ajudam sem dívida aas Juntas a terem as Contas muito mais organizadas, muito mais saldadas. E até a possibilidade de promover outras coisas que de outra forma não teriam e não conseguiriam dar resposta.*

*Portanto saudar o Executivo Municipal pelo documento brilhante que nos apresentam e mais uma vez vimos as Grandes Opções do Plano a salvaguardar o desenvolvimento desta cidade sustentavelmente. Disse."*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

*"Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes. Desejava nesta primeira ronda de questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o seguinte assunto. Nós recebemos uma carta da Câmara a pedir colaborações para ajudar na construção deste orçamento. Gostava de saber se da parte dos partidos políticos e dos deputados municipais houve participação ou não, porque no documento não vem referido."*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[013](#)

#### Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN)[015](#)

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

*"Senhor Presidente, Senhores Vereadores Senhores deputados. Como bem sabe o Senhor Presidente da Câmara, cada grupo municipal sabe como fará a gestão do seu tempo de intervenção que entender. Eu juro que não foi para lhe retirar dos comentários a minha intervenção, porque o Senhor tem sempre a última palavra. Foi mais tendo em conta que não é a primeira vez, nem duas, nem três, que os deputados do Partido Socialista meio a rir, meio a sério, dizer você fala sempre primeiro! Portanto hoje decidi não falar antes da primeira intervenção do Partido Socialista. Portanto essa foi a razão pela qual me reservei.*

*Caro Jorge Greno nós temos pelo menos duas obras de Siza Vieira em Aveiro! Uma de referência internacional (a Biblioteca da Universidade) e o monumento que é a Torre da Água, também no Campus. Devemos ter isso em conta também.*

*Mas sobre aquilo que é mais importante neste Ponto. Apesar de poder constituir, numa perspetiva ao mesmo tempo política, legal e formal, um momento extremamente importante na vida desta autarquia, a pretensa discussão e a aprovação das GOPs e do Orçamento para 2021 representam, de facto, um momento de alguma forma constrangedor.*

*Constrangedor porque é extremamente reduzida a possibilidade de intervenção da Assembleia Municipal, a qual, neste caso, se limita à aprovação ou rejeição das propostas da maioria da Câmara, sem poder alterar seja o que for.*

*Podemos acrescentar, a este respeito, que a Assembleia da República se reserva para si o direito que nega às Assembleias Municipais, de poder alterar o Orçamento de Estado apresentado pelo Governo, como acabamos de ver nos dias recentes em que foram aprovadas contra a vontade do PS, alterações com acréscimos de despesa de 60 milhões de euros e desautorizada outra de 476 milhões, que tinha como destino o Novo Banco.*

*Não se trata, no nosso caso, da existência ou não de maiorias pontuais, que permitam alterações, mas sim de verificar o total impedimento das mesmas.*

*Como se não bastasse o “pecado original” que representa esta limitação legal, eis que a maioria PSD/CDS desta Assembleia, ao ter votado o Plano de Ajustamento Municipal, com o voto contra do PCP, deitou borda fora possibilidades reais de intervenção na construção orçamental.*

*A taxa do IMI, a participação municipal (e dos cidadãos) no IRS, a coleta e taxa da Derrama, entre outros aspetos, deixaram de ser determinados pela Assembleia e decorrem automaticamente do normativo do PAM.*

*É de tal forma assim, que passa a ser praticamente irrelevante o erro crasso, da atual convocatória da Assembleia Municipal que coloca a aprovação do Orçamento antes da votação de aspetos relevantes da sua construção, como são a taxa do IMI, a participação variável no IRS e a Derrama que deviam ser votados antes do Orçamento. Porque a inviabilização destes teria repercussão no documento apresentado.*

*É também um momento constrangedor, porque pressentimos na atuação do Presidente da Câmara, tiques repetidos de autocracia.*

*A apresentação à Comunicação Social, em termos finais e definitivos, sem qualquer ressalva, de um documento que ainda não tinha sido aprovado pela Câmara Municipal e muito menos pela Assembleia Municipal, representa uma falta de respeito seja pelo Órgão a que preside, seja pelo Órgão que o fiscaliza.*

*Que nunca se esqueça que o que a Câmara aprova e apresenta à Assembleia, é apenas uma proposta, repito, uma proposta de orçamento. Uma proposta que só passa a Orçamento municipal depois de aqui ser aprovado. Aliás se eu for ao site da Câmara ver o documento que já lá está, em nenhum lado está a palavra "proposta" inserida. Segundo, em nenhuma vez está a palavra "assembleia" referida. Portanto é assim mesmo, não há volta a dar.*

*A falta de respeito pelos Vereadores da minoria da Câmara, que a Conferência de Imprensa representou, não pode ser “justificada” por analogia com o Governo como o Senhor Presidente fez a alguns dias atrás. Se é verdade que o Governo apresentou publicamente a proposta de Orçamento a 10 de Outubro, não é menos verdade que, quatro dias antes, reuniu com cada um dos Partidos representados na AR, com exceção obviamente do PS, dando cumprimento ao que estabelece a Lei Estatuto do Direito de Oposição, Lei que este Presidente de Câmara teima em não cumprir em Aveiro.*

*E tenho aqui a minha intervenção, não foram as suas palavras que me suscitaram aquilo que vou ler. Não venha dizer que na carta que foi enviada aos eleitos representa o exercício*

*desse direito! Saiba que os titulares não são pessoas, mas sim os partidos políticos não representados no Executivo e os que nele não têm pelouros atribuídos. E no n.º 3 do artigo 5.º da Lei 24/98 determina que os titulares do Direito de Oposição têm direito a ser ouvidos sobre as propostas de Orçamento e de Plano de Atividades da autarquia. Tal não aconteceu com o PCP.*

*O terceiro constrangimento é o que resulta do irrealismo e da fantasia dos documentos que nos são propostos. O Orçamento aprovado para o ano em curso prevê um total de Receitas e Despesas na ordem dos 77.1 milhões de euros.*

*Ora, na acta da reunião de Câmara de 15 de outubro, com quase dez meses decorridos de receitas desde o início do ano, as receitas acumuladas registadas situavam-se em 47,1 milhões de euros — menos 30 milhões que o orçamentado.*

*Feita uma projeção otimista, podemos prever receitas finais em 2020 na ordem de 60 milhões de euros.*

*Perante estes 60 milhões que eventualmente arrecadará em 2020, os 87 milhões que dizem querer vir a arrecadar em 2021, representam uma miragem que torna inverosímil a realização de uma grande parte dos projetos que constam das GOPs.*

*Mais uma vez em 2021, será feita apenas feita alguma coisa do que consta nas GOPs. Não temos dívidas disso. Mas não será tudo aquilo que nelas está previsto. O que não vai falhar, por defeito, serão as verbas resultantes da enorme carga de taxas e impostos que incidem sobre os aveirenses. Isso não falha. Mais uma vez provavelmente irá ser ultrapassado.*

*Ora, tomando em conta estes três grupos de constrangimentos, pouco resta a dizer.*

*Votamos contra, não por qualquer motivo técnico, mas sim, em primeiro lugar, por coerência, porque o PCP votou contra diversos projetos que estão vertidos nas GOPs. Em segundo lugar como protesto pelos contornos autocráticos do processo de elaboração e apresentação das propostas. Em terceiro e último lugar porque se trata de documentos fortemente condicionados pelo PAM, no sentido contrário ao dos interesses dos cidadãos, condicionamento atempadamente rejeitado pelo PCP."*

Vogal João Moniz (BE)<sup>017</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>018</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>019</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Eu só estava a dar um tempinho para tranquilizar o senhor Presidente da Câmara relativamente ao apagão. Eu olho para os tempos e tenho 21 para falar, eu e a minha bancada. Ainda tínhamos esta segunda ronda e o Senhor Presidente já estava a dizer que não íamos dizer nada. O Senhor Presidente já não tem muito tempo, mas como o Senhor Presidente da Assembleia está condescendente acredito que terá tempo para explicar.*

*E como da parte do Partido Socialista não há apagão, relativamente ao tacticismo, peço muita desculpa ao Salavessa, por quem tenho muita estima, mas não fiz de propósito nem combinei com ele de falarmos apenas na segunda ronda. Mas se calhar daqui a uns minutos vamos ter aqui um número de tacticismo. O Senhor Presidente está preocupado com o apagão do PS mas não está preocupado com o apagão de algumas pessoas das bancadas que o apoiam. E que não intervieram talvez para aguardarem ouvir o que temos a dizer para virem falar a seguir - o que está no seu direito. Mas com certeza de depois de eu falar iremos ouvir a intervenção o Manuel Prior que traz escrita e depois outro que aguardam e não é nenhuma critica porque estão no seu direito.*

*Mas Senhor Presidente é pena. É pena que o Senhor Presidente da Câmara com todo o tempo que gastou não tenha respondido à minha pergunta. Penso que terá inferido que eu*

soubesse a resposta. Mas eu de facto não sei. Fiz-lhe a pergunta porque tenho esse direito e depois desenvolver a minha intervenção sobre esta proposta de orçamento. Esta e os pontos que vêm a seguir, nomeadamente em termos de impostos municipais e a carga fiscal que coloca para 2021.

Mas dizer que o Senhor Presidente não me deu o número porque o Senhor Presidente não quer que os aveirenses saibam que podiam ter exactamente estas GOPs e podia fazer quase o mesmo tendo saído do FAM já no ano passado porque tinha a verba disponível para fazer praticamente aquilo a que se propõe e podia chegar à carga fiscal e reduzir o IMI e o IRS para os aveirenses e para as empresas em termos de Derrama.

Porque efectivamente o ano de 2021 que se avizinha vai ser provavelmente um ano muito violento como todos sabemos do ponto de vista daquilo que é a vivência em sociedade relativamente à pandemia que estamos a atravessar. Nós neste momento temos reflexos brutais do ponto de vista da saúde e começamos a perceber reflexos brutais do ponto de vista da economia e provavelmente 2021 será o ano mais pesado. E o Senhor Presidente poderia ter apresentado, não exactamente o mesmo orçamento mas quase o mesmo. E por isso é que o Senhor Presidente não deu o número. Não quer que os aveirenses saibam.

Quando aqui pergunta onde é que ia buscar o dinheiro, é fácil. Olhem basta perceber e de olhar para o Saldo de Gerência com que a Câmara Municipal tem atravessado todos estes anos. Eu tenho ali os gráficos, mas estas instalações não são propícias à utilização de computadores, mas temos uma brutal execução da Receita e uma parca execução da Despesa.

E é isso que tem permitido a Câmara Municipal ter um aforro que lhe permitia ter feito isto que eu acabei de dizer. E para que não diga que não há nenhuma intervenção sobre a proposta que faz em termos documentais, dizer que a proposta documental compete a si e à sua equipa e é da vossa e exclusiva responsabilidade. O Manuel Prior faz aquela pergunta, enfim, donde é que estão os vossos contributos, pois dizer aqui que a experiência do PS relativamente a isso é má. Pois todos os contributos que dá têm dois destinos. Ou são ridicularizados ou são simplesmente deitados ao caixote do lixo.

E já agora em termos do tacticismo, já tivemos qui um ensaio, que é como o Senhor Presidente diz muitas vezes, aquela coisa de democracia, distrai-se e não sei o quê. Acabamos aqui de ver uma abordagem de culpar o governo da nação e tal. Mas nós não estamos aqui na Assembleia da República! Nós não estamos aqui a discutir o Orçamento de Estado. Isso foi ontem noutra espaço e que felizmente aconteceu ser aprovado para que todos nós possamos ter um ano mais tranquilo e não ser em duodécimos. E portanto não vale a pena vir aqui falar de governação nacional e de dívida porque aqui o que estamos a analisar são as GOPs para o município. E volto a repetir, o Senhor Presidente não me respondeu em 26 minutos do seu tempo que falou, porque não quer que os aveirenses saibam que poderia ter exactamente esta mesma proposta de orçamento municipal, baixando os impostos e aliviando as famílias.

E mais, faça-lhe outra pergunta e termino. Aliás o Senhor Presidente fez uma coisa que eu vou apelidar de pouco elegante. Que é responder aqui a uma pergunta com outra pergunta!? Mas eu vou terminar com mais uma pergunta. Bem sei que não vai responder. Diga qual é neste momento o montante de dívida da Câmara Municipal? É bom que as pessoas olhem para os números e percebam exactamente que não é por muitas vezes se dizer a mesma coisa, que ela não acontece.

Terminava desta forma. Já que falamos de cinema as suas intervenções levam a um filme Senhor Presidente. Eu neste momento nem recordo qual é. Mas vou para o meu lugar e talvez me consiga lembrar do filme que as suas intervenções me recordam. Disse."

(Entretanto saiu da sala o Vogal António Augusto da Cruz Aguiar)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>020</sup>

Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>021</sup>

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)<sup>022</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>023</sup>

*"Antes da intervenção sobre o tema desejava dizer o seguinte. O discurso do PS em nada influencia a minha intervenção. Se falo sobre a falta de investimento do Governo em Aveiro é porque todos os desejamos. Repito, todos os desejamos. E quero crer que o Senhor deputado também está ansioso por algum desses investimentos, quero crer que sim.*

*Sobre o número tacticismo na última reunião o Senhor deputado teve aqui um membro da sua bancada que ofendeu os Presidentes de Junta sobre uma proposta que achava que era ilegal, que não cumpria o regimento e que estava mal feita porque era feita pela Câmara! Sabe senhor deputado o mesmo no fim votou a favor. Portanto sobre "numero" estamos conversados.*

*Sobre o tema em discussão para a bancada do PSD, depois das nossas conversas, sugerimos Senhor Presidente que investisse na consolidação financeira, cumprimento do pagamento da dívida, controle das contas correntes e forte investimento. Fazer apoio às Juntas de Freguesia, apoio às Associações desportivas, culturais e recreativas. Um forte apoio na acção social, consolidação do apoio na habitação social. Apoio neste tempo de pandemia Covid, nomeadamente na área social, comercial e cultural e continuar o forte investimento que os aveirenses anseiam e esperam.*

*Para a bancada do PSD este não só o Orçamento de 2021. É também um orçamento no seguimento dos 7 anteriores. E segue o caminho de que caminhando se faz obra e a obra faz Aveiro.*

*O PSD votará favoravelmente este Orçamento pois ele representa o compromisso que está escrito no caderno eleitoral."*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>025</sup>

*"Bom, vou responder ao António Salavessa e também à questão do Francisco Picado. Há aqui uma opção política que é diferente daquela que vocês tomariam se governassem. E ó Salavessa, esta questão da autocracia, enfim, vocês entenderiam que não seria autocracia que o PCP ou a CDU sozinhos, que nem vereadores têm, deviam governar isto e nós fazer-vos a vontade. E então ai sim seria uma grande democracia. Bom, enfim, as coisas valem o que valem.*

*Nós temos uma maioria confortável. Governamos com respeito pelas minorias. Mas esperem aí, isto em democracia ainda se faz a vontade das maiorias. Lamento muito e escrevi um artigo que foi publicado no Jornal de Noticias de terça-feira, a apelar ao próximo Presidente da República para acabar com o actual Governo. Porque não é possível um país ser governado nesta "palhaçada" Parlamentar que nós estamos a assistir na construção do Orçamento.*

*O País numa crise dramática, social e económica, tem um partido minoritário, pode ser o maior partido no Parlamento, mas não tem maioria, que é o único que vota a favor do Orçamento que construíram. Isto é trágico!?*

*Eu escrevi e repito o que escrevi. Que o próximo Presidente da República possa logo que tenha condições, arranje um novo governo de coligação. E o Partido Comunista que pela sua opção política decidiu dar ajuda ao Governo no seus critérios, como é evidente, que vá para o governo. Que faça a coligação com o PS e governe. E o BE se quiser também vai. Mas acabem lá com isto porque o país não aguenta isto.*

*Aqui o que nós temos, felizmente, é uma maioria sólida que nos permite em sete anos resolver um problema dramático de dívida, de uma Câmara feita num oitavo em termos financeiros e organizacionais, e sete anos depois ela estar em ordem, com qualidade, com estabilidade financeira e que vai buscar a essa capacidade que criou, essa capacidade para responder, como está a responder, com aquilo que for preciso ao Covid.*

*O Partido Socialista no passado propôs uma redução de 0.4% para 0.38%. Isso queria dizer uma diminuição da nossa receita de 400 mil euros. Isso queria dizer reduzir o IMI a pessoas que não precisam de ajuda no quadro pandémico, porque não perderam rendimento. Era enviar dinheiro para toda a gente e obviamente sabemos que os 40% de cidadãos de Aveiro que pagam IMI, sabemos todos, não tiveram neste quadro Covidiano impacto sobre os seus rendimentos.*

*Nós já investimos neste ano quase 5 milhões. É esta a grande questão. É que este dinheiro que nós temos, nós temos que cumprir o PAM, claro que sim, mas nós estamos a apoiar quem precisa. As Associações sociais precisaram de 300 mil euros. 300 não, com os EPI que lá pusemos já passou de 500 mil euros. Mas pra frente. Quem os devia apoiar era a Segurança Social, o Governo. Não o fez, apoiamos nós. etc. etc.*

*Quando chegámos à Câmara havia 200 acidentes por ano devido aos buracos nas nossas estradas. Um dano aos cidadãos, perda de horas de trabalho, despesas, chatices, pois já vamos no segundo ano consecutivo com zero porque nós começámos a investir nesta área.*

*Portanto é aqui que está a diferença, é aqui que está a opção que vale a pena. Agora vamos dar a quem não precisa! Isto não é a doutrina comunista nem socialista. E obviamente não é a doutrina social-democrata, nomeadamente em tempos de pandemia e da grave crise social e económica que estamos a viver. É arranjar recursos para apoiar quem precisa de ser apoiado e não o populismo demagógico de apoiar toda a gente. Não é verdade, como todos sabemos, que toda a gente precisa de apoio.*

*E obviamente cave ao Governo, é bom lembrar, que os portugueses bateram o recorde de pagamento de impostos no ano passado. Foram 84 mil milhões!? E desse valor apenas mil e quinhentos milhões foram receitas municipais no que respeita ao IMI.*

*E, portanto, toda a carga de IRS, IVA, IRC, Imposto petrolífero, Imposto sobre o tabaco, etc, ficou no Governo Central. Ele ficou com a Receita tem as obrigações legais e o actual Governo têm-no feito. Eu acho que no combate pandémico está globalmente bem. Agora até aprovou que no lay-off as pessoas vão passar a receber 100%. Muito bem. Podemos é discutir a sustentabilidade da medida. Mas naquela que é a sua função directa do apoio ao rendimento de quem o perdeu, porque até agora as pessoas em lay-off perdem um terço do rendimento. Mas vamos lá ver na regulamentação da Lei se vem tudo direitinho no Orçamento.*

*Portanto é aqui que está o nosso foco. É aqui que está a nossa aposta. E a construção orçamental está feita nos termos da Lei. Normalmente o desvio Salavessa fica nos Fundos Comunitários. É aí que está.*

*Veja o exemplo da obra da eficiência energética do Bairro de Santiago, que obviamente temos que a ter cabimentada. Temos de cumprir a Lei dos Compromissos. Tivemos de abrir um novo concurso que está agora no Tribunal de Contas e, portanto, estivemos aqui três anos que tivemos de ter o dinheiro cativo, mas que não pudemos executar a obra, mas o Fundo Comunitário que tínhamos tivemos que o ter no orçamento. Temos a candidatura aprovada, temos de ter execução para aquele financiamento. Neste caso não chega aos 70% é um bocadinho menos, mas a execução zero. Mas obviamente tem que ser execução zero, mas tem de estar no Orçamento.*

*Portanto não há conversa. A lei é que manda como se faz a construção da Receita como bem sabe.*

*Nós não temos nada para inventar. O Orçamento é uma previsão e obviamente quase nunca se cumpre a 100% como é lógico, mas fica muito perto.*

*Portanto agradeço a todos o debate. O apoio maioritário da Assembleia Municipal. Temos de facto um bom Plano e Orçamento e com o apoio e a garantia que quero dar, em meu nome e dos senhores vereadores e senhoras vereadoras que comigo governam, é de que vamos executá-lo com grande determinação, com grande empenho, prosseguindo este caminho de qualidade, de capacitação da nossa Câmara Municipal, com este instrumento importante para a vida dos nossos concidadãos. Muito obrigado."*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>026</sup> o Ponto 7 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2021, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6), uma abstenção (PS), e doze votos contra (PS8+BE2+PCP1+PAN1)**

Seguiram-se as declarações de voto.

Vogal João Moniz (BE)

*" Senhor Presidente a minha primeira intervenção é a declaração de voto."*

Vogal António Salavessa (PCP)

*"Ora, tomando em conta estes três grupos de constrangimentos, pouco resta a dizer. Votamos contra, não por qualquer motivo técnico, mas sim, em primeiro lugar, por coerência, porque o PCP votou contra diversos projetos que estão vertidos nas GOPs. Em segundo lugar como protesto pelos contornos autocráticos do processo de elaboração e apresentação das propostas. Em terceiro e último lugar porque se trata de documentos fortemente condicionados pelo PAM, no sentido contrário ao dos interesses dos cidadãos, condicionamento atempadamente rejeitado pelo PCP."*

Vogal Francisco Picado (PS)

*"A declaração de voto é a minha intervenção."*

Vogal Pires da Rosa (PS)

*"Boa noite a todos. A minha declaração individual de voto é evidente que subscreve a declaração feita pelo Francisco, mas pessoalmente acrescento o seguinte: Votei contra porque não podia votar de outra maneira depois de uma intervenção do Presidente de grande defesa do debate, da palavra, e do confronto de ideias, em que foi feita uma única pergunta pela minha bancada, que não foi sequer respondida."*

Vogal Rui Alvarenga (PAN)

*"A declaração de voto é a minha primeira intervenção."*

**De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do plenário<sup>027</sup> que os pontos 8 e 8 alínea a), sendo ambos matérias relativa ao Imposto Municipal (IMI), poderem discutir-se em conjunto. Não se verificou qualquer oposição.**

**Ponto 8 – Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021.**  
*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

Ponto 8 — alínea a) - Proposta de alteração à proposta da Câmara para a taxa de IMI para prédios urbanos - apreciação e votação;  
*(Proposta de alteração apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda)*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado proponente do BE para fazer a apresentação da Proposta de Alteração do Ponto 8 alínea a).

Vogal João Moniz (BE):[028](#)

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Fazendo as minhas palavras neste ponto aquilo que foi a minha primeira intervenção no ponto anterior, nós consideramos que existe aqui margem para fazermos descida da taxa de IMI para 0.35. Como é sabido a Câmara tem uma margem de manobra entre os 0.3 e os 0.5 e portanto nós consideramos que tendo em conta que nós vamos viver para o ano uma brutal crise económica e social, ao que requer um alívio fiscal significativo, ao qual a Câmara pode dar esse contributo e segundo palavras do próprio senhor Presidente da Câmara, a Câmara nas suas Contas estará muito próxima de sair dos limites do endividamento, tal como o BE disse na campanha das autárquicas de 2017, que essa seria a trajetória. Segundo as declarações do Senhor Presidente em 2021 vamos até para além do rácio de 1.5.*

*E portanto nós consideramos que existe aqui margem para negociar com o FAM uma descida mais significativa do IMI e que essa descida era um passo importante não só para garantir condições de justiça discal no nosso município, mas também para dar um sinal positivo para todas aquelas pessoas que já estão a perder rendimentos e que perderam o emprego e que tudo indica que o próximo ano será ainda um ano mais pesado do ponto de vista da crise económica que a pandemia está a impor.*

*Nós consideramos que esta proposta é uma proposta fundamental para darmos resposta e darmos um sinal a estas pessoas que viram os seus rendimentos afectados pela crise pandémica. E portanto, subtemos esta proposta de descida da taxa IMI para discussão e votação da Assembleia Municipal de Aveiro. Obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

*"Às vezes saiem assim da cartola estas propostas que são meros soundbytes e apenas servem para comunicados na comunicação social. Salvo erro e a questão é colocada directamente ao Bloco, tanto quanto eu interpreto, esta proposta não tem qualquer viabilidade de aprovada uma proposta que vá contra o que está determinado no PAM em vigor.*

*Ora assim o que o Bloco poderia propor era uma Moção que propusesse à câmara uma nova reformulação do PAM, visando a descida do IMI ou eventualmente de outros impostos. Essa era a única discussão séria. Agora virem aqui propor algo que não tem qualquer viabilidade porque somos obrigados por lei a cumprir o que está no PAM, porque somos obrigados a cumprir a lei, aliás a minha intervenção foi nesse sentido, não vale a pena estar aqui com grande esforço quando as coisas estão determinadas.*

*A revisão do PAM foi feita há dois anos e o processo de alteração do IMI e de todos impostos e taxas passa necessariamente por uma revisão do PAM. Por isso vir propor aqui aquilo que não tem viabilidade é uma mera manifestação política para fazer barulho. Não é mais nada. Isto não é sério."*

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

*"Senhor Presidente, relativamente a este conjunto de pacotes fiscais, obviamente que a minha intervenção vem na sequência daquilo que foi a intervenção do ponto anterior. O PS votará contra a proposta do município. É evidente que essa de "ajudar quem não precisa" gostava de saber quem é que o Senhor Presidente entende que precisa ou não precisa. Parte do pressuposto que quem não paga IMI não precisa de ser ajudado, então isso poderia levar-nos a pensar que quem paga IRS também não precisa de ser ajudado e portanto não me parece que seja uma justificação que possa ser utilizada e que cole. E portanto voltamos a insistir na mesma questão e com um acréscimo porque o Senhor Presidente à bocado até nos deu aqui uma dica. Disse que a interação este ano com o Fundo de Apoio Municipal tinha sido muito mais fácil. Pois com certeza. A Gestão do Fundo está de acordo com o que nós dissemos. Está tão tranquila relativamente à execução e cumprimento por parte da Câmara do Plano que provavelmente até iria mais longe. Até pensaria que a Câmara tem neste momento condições para não estar ao abrigo do FAM. E portanto não há nada que impeça que o Executivo pudesse já ter saído deste processo e que pudesse claramente apresentar imposto mais baixos aos aveirenses no ano de 2021 e assim ajudar todos. Mas isso é juízo de valor que ficará para quem todos os dias tem de lidar com um conjunto de situações que não serão propriamente favoráveis durante o ano de 2021."*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[032](#)

*"Senhor Presidente só para deixar uma nota sobre esta matéria. Deixar isto claro. O que eu disse foi com rigor, o Francisco fez a tentativa de me desvirtuar, eu fui rigoroso quando disse que: os apoios quando são usados de forma universal são injustos porque apoiam gente que não precisa.*

*E dei a nota de pessoas que hoje pagam IMI e têm problemas financeiros (eu conheço vários). Eu, chocou-me há dias, apoiar um FAS de um empresário da nossa terra ou de um artista da nossa terra e que agora está na miséria. É a vida. Mas eu nunca direi, até porque reconheço que quem paga IMI não precise de ajuda. Não é isso! O que nós dissemos e repetimos é que nós temos disponibilidade e capacidade para apoiar toda a gente que necessita.*

*Os apoios universais são errados porque a pandemia não causou dano no rendimento da esmagadora maioria dos portugueses. Causou danos numa minoria e essa minoria é crescente como sabemos, até que se comece a inverter a curva da crise económica e comecemos a fazer o processo de recuperação que infelizmente ainda não estamos nesse tempo. É esse o foco que está aqui.*

*Não é, olhem tomem lá uns eurinhos para toda a gente, não. Nós queremos ter a capacidade financeira de recuperar a Câmara e de aumentar o investimento. Temos um passivo brutal nas escolas. Temos escolas que são uma vergonha. Está neste momento em obra a unidade de saúde familiar de Eixo. Estava uma vergonha! Fizemos obras em São Jacinto, era uma vergonha. Fizemos obras em outros que não eram uma vergonha, mas que estavam a precisar de obras de manutenção importantes.*

*É muito bom falar com as pessoas. Ainda não fizemos obras nas casas de todos os inquilinos. Este concurso que agora adjudicámos na segunda tentativa para Santiago, vai*

*intervir em 114 fogos. São mais 114 famílias em que vão melhorar as suas condições da sua habitação. Este é o exercício.*

*E o FAM na Câmara de Aveiro, mas há Câmaras Socialistas como a de Portimão, para falar da pior Câmara do FAM (não sei dos casos de todas as vinte e três, sei de quatro), aconteceu-lhes a eles o que nos aconteceu a nós. Tramitação rápida neste processo. Porque a relação de trabalho das Câmaras com o FAM é uma relação diária. Nós acabámos há dias uma inspecção da IGF. A IGF veio verificar a execução do FAM na Câmara de Aveiro. E escolheram Aveiro e Portimão, obviamente porque somos os que mais dívida tínhamos como é lógico. Já recebemos o relatório provisório, já respondemos, quando chegar o definitivo será do conhecimento de todos os autarcas municipais. Mas tranquilos. Estamos muito satisfeitos.*

*Mas houve uma Câmara que se despistou completamente. Uma única no país. É o caso de Vila Real de Santo António. É um caso muito complicado.*

*Não vou falar sobre isso, mas vou só dizer que anulou o primeiro PAM e aprovou um segundo PAM com uma intervenção financeira superior a 100 milhões de euros. Gostávamos muito que Vila Real Santo António tivesse resolvido com o primeiro PAM mas não resolveu.*

*Isto não é nada de mais, mas quer dizer o bom trabalho que estamos a executar. O Trabalho é tão bom que o Partido Socialista decidiu nas Lei das Finanças Locais há três anos, decidiu acabar com o FAM. Está lá na Lei das Finanças Locais que hoje temos que gerir. Mas porque será que o Governo ainda não extinguiu o FAM? E uma das pessoas mais defensoras do FAM é a Presidente Isilda Gomes. Camarada vossa que podem falar com ela porque é muito competente e julgo que vocês precisariam muito de a ouvir, porque se em mim não acreditam e andam sempre a inventar filmes políticos, enfim, embora eu espere por ver o filme que o Picado vá produzir porque vai ser agora realizador cinematográfico. Pronto a gente ao longo da vida vai encontrando vocações novas, faz parte da vida.*

*Mas estejam tranquilos que se quiserem ou dou-vos o telemóvel da Presidente Isilda, membro do Secretariado Nacional, para perceberem o que é isto do FAM. Mas dizer-vos que somos dois excelentes exemplos Aveiro e Portimão. De como é que se recuperam e capacitam Câmaras Municipais. Com boa governação, coragem e envolvimento de todos os cidadãos. Porque este trabalho está feito com toda a gente. Foi assim que o fizemos e relembro só isto para acabar.*

*Quando chegámos em 2013 a taxa de IMI era de 0.3%. Mantivemo-la e foi essa a taxa em 2014. Quando assumimos o PAM e o compromisso formal, seguimos a escalada para a taxa máxima. E por isso em 2015 ela foi de 0.4 e em 2016 chegámos ao máximo que foi 0.5% no ano antes de eleições autárquicas.*

*Num acontecimento que nos é extra o Orçamento do Estado para 2017 permitiu que a taxa máxima seria de 0.45% aí não foi nenhum trabalho nosso. Nós temos a nossa influência sobre o Governo e os Partidos, mas não chega para aprovar leis do orçamento do estado. A Lei do Orçamento de Estado permitiu que em 2017 a taxa máxima fosse de 0.45%. Poderia ter continuado em 0.5%. Relembro, não foi por decisão nossa foi proporcionado pela Lei do Orçamento do Estado. Nós apenas aproveitámos e dissemos sim senhor, temos esse espaço financeiro, vamos aproveitar e vamos passar para 0.45%.*

*Em 2018 fizemos a revisão do PAM que aqui veio para aprovar depois de o negociar com o PAM. E nessa revisão conseguimos justificar devidamente que a taxa passasse para 0.4% . E foi a taxa que tivemos em 2020 e é a taxa que temos para 2021.*

*E posso garantir que os próximos autarcas vão receber uma Câmara bem governada e uma Câmara que cumpriu o objectivo e baixou para 1.5 o rácio e certamente na discussão do Orçamento de 2022 vão fazer aquilo que muito bem entenderem, mas espero que mantenham esta capacidade de governar bem a Câmara, de ter boas Contas, de ter*

*capacidade de continuar o investimento. De serem conquistadores de Fundos Comunitários em que a nossa Câmara é fantástica. E podem ver o quanto melhorámos a esse nível. E é por isso que somos uma Câmara cumpridora e vamos ter que manter.*

*Aliás qualquer outra deliberação do que foi aqui apresentado pelo BE era nula, não servia de coisíssima nenhuma, porque temos de manter estes valores. E obviamente a nossa Assembleia não faz disparates destes. E julgo que a proposta do Bloco está bem caracterizada pelo António Salavessa, não preciso de perder mais tempo a falar sobre ela. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Moniz (BE)<sup>033</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>034</sup>

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>035</sup> o Ponto 8 – Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) 2021, sendo a mesma aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor (PSD16+CDS6), zero abstenções, e treze votos contra (PS9+BE2+PCP1+PAN1)**

O Ponto 8 — alínea a) - Proposta de alteração à proposta da Câmara para a taxa de IMI para prédios urbanos, não foi a votação uma vez que ficou prejudicada após a aprovação pela Assembleia da Proposta da Câmara Municipal sobre a mesma matéria.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Salavessa (PCP):

*"A declaração de voto é relativa a este ponto e aos dois seguintes. Apesar de estas propostas da Câmara serem determinadas pelo FAM elas correspondem a um documento que desde a primeira hora, pelas razões que são conhecidas, tiveram a oposição do PCP. Por isso as questões avulsas que aqui venham relativas a esta questão, serão sistematicamente (pode haver uma exceção) terão em princípio o voto contra do PCP como agora aconteceu."*

**Continuando o Presidente da Mesa, colocou à consideração do plenário<sup>036</sup> que os pontos 9, 10, e 11, fossem discutidos em conjunto (pacote fiscal) e fazer a votação em separado, uma vez que o Presidente da Câmara já fizera a apresentação dos mesmos aquando da apresentação das GOPs no ponto 8. Não se verificou qualquer oposição.**

#### **Ponto 9 – Apreciação e votação da Derrama 2021.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

#### **Ponto 10 – Apreciação e votação da Participação Variável no IRS 2021.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

## **Ponto 11 – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2021.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública realizada em 30/10/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

### Membros da Assembleia

Vogal Joao Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>037</sup>

*"Muito obrigado Senhor Presidente. Em relação ao ponto 9, sobre a taxa da Derrama, o Bloco de Esquerda considera que fosse aplicada a taxa reduzida para pequenas empresas com volumes de negócios inferiores a 150 mil euros. Consideramos que num período de crise como a que estamos a viver e que vamos continuar a viver em 2021, esta medida seria fundamental.*

*Do ponto de vista do ponto 10, nós consideramos que a lei actual é injusta porque se o IRS é progressivo no que se refere aos rendimentos, no que concerne à participação variável ela é uma flat-tax. É igual para todos. Isto significa que trabalhadores que recebam rendimentos altos o reembolso é diferente. Nós já apresentámos propostas na Assembleia da República para mudar isto, tal como aprovámos a proposta que baixou a taxa do IMI que o Senhor Presidente referiu. E portanto isto mais uma vez reflecte a política desta Câmara Municipal que é ter os impostos no máximo.*

*Relativamente ao ponto 11, o executivo está a aplicar a taxa máxima permitida. A lei prevê um intervalo entre 0.0 e 0.25 e geralmente as empresas que pagam este imposto fazem repercutir este imposto nos clientes. E portanto nós não podemos aceitar este modelo.*

*E em geral era este a perspectiva do Bloco de Esquerda pelo menos por enquanto. Obrigado."*

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>038</sup>

*"É uma declaração similar com a que fiz na outra aprovação e tem a ver com a Derrama em concreto.*

*A minha opinião é uma o meu voto será outro. O meu voto tem a ver com a coerência amplamente assumida pelo PS em relação à carga fiscal.*

*Mas em relação à Derrama queria dizer o seguinte. Do meu ponto de vista a Derrama, bem eu penso que as pessoas não têm bem ideia do que é a Derrama e a quem é tributada e que implicação é que isso tem na gestão de uma empresa. É bem mais importante as condições que o município dá para a implantação de empresas e a forma burocrática como funciona do que é propriamente o impacto da Derrama numa empresa. São designadamente as grandes empresas que suportam este valor e as pequenas e médias empresas também gostariam muito de pagar, mas a verdade não é isso que acontece. E portanto queria deixar esta nota clara em relação ao meu pensamento em relação à Derrama. Não tem nada a ver com a tributação dos outros impostos. Eu acho que a Derrama do meu ponto de vista devia estar no máximo, mas esta taxa de incidência não me parece que assim seja nem acho que Aveiro perderia nenhuma empresa se tivesse a Derrama em 2%. Ou com 10% o que fosse. Queria deixar esta nota, não obstante votarei contra pelas razões de coerência política e da perspectiva do Partido Socialista neste ponto."*

(Entretanto saiu da sala a Vogal Sónia Patrícia Pinto Gomes)

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação<sup>039</sup> o Ponto 9 – Apreciação e votação da Derrama 2021, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD15+CDS6), duas abstenções (BE2), e onze votos contra (PS9+PCP1+PAN1)**

**De seguida colocou à votação<sup>040</sup> o Ponto 10 – Apreciação e votação da Participação Variável no IRS 2021, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD15+CDS6), zero abstenções, e treze votos contra (PS9+BE2+PCP1+PAN1)**

**Continuando colocou à votação<sup>040</sup> o Ponto 11 – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2021, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor (PSD15+CDS6), uma abstenção (PAN1), e doze votos contra (PS9+BE2+PCP1)**

Não houve declarações de voto.

## **Ponto 12 – Apreciação e votação do Regulamento de Instrução dos Procedimentos Administrativos do Município de Aveiro.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 12/11/2020, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).*

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>041</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da proposta em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>041</sup>

*"Senhor Presidente obrigado. Este é um regulamento que deriva do trabalho que estamos a desenvolver (a entrar na recta final) de modernização administrativa no quadro do projecto denominado "Região de Aveiro Digital".*

*Portanto é no fundo termos regras regulamentares para aquilo que já estamos a trabalhar em regime experimental. Nós somos município piloto nalgumas das matérias dentro da nossa Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e obviamente que a partir do momento que vamos universalizar, temos de regulamentar esse novo procedimento administrativo de usarmos procedimentos desmaterializados para tramitar um conjunto de matérias. Este trabalho foi desenvolvido pela nossa equipa, liderado pela Senhora Vereadora Rita Carvalho. Obviamente para alguma questão estaremos ao dispor. Obrigado."*

(Entretanto reentrou na sala a Vogal Sónia Patrícia Pinto Gomes).

**Não havendo quaisquer intervenções, colocou à votação<sup>042</sup> o Ponto 12 – Apreciação e votação do Regulamento de Instrução dos Procedimentos Administrativos do Município de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD16+CDS6PS9+PAN1), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto.

### **Ponto 13 - Proposta de recomendação - Georreferenciação das árvores do Município de Aveiro - apreciação e votação.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra<sup>043</sup> ao deputado proponente do PAN para fazer a apresentação da Proposta de Recomendação

Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>044</sup>

*«Proposta de Recomendação - Georreferenciação das Árvores do Município de Aveiro. As árvores são por princípio consideradas como elementos de importância ecológica e ambiental a preservar, devendo para tal serem tomadas as necessárias medidas que acautelem a sua proteção.*

*A presente proposta do PAN visa potenciar o conhecimento por parte da Câmara Municipal de Aveiro do arvoredo existente na autarquia e ao mesmo tempo dar a conhecer e valorizar o património arbóreo junto dos munícipes, constituindo-se assim como uma ferramenta educativa para a preservação ambiental.*

*Entendemos por património arbóreo ou arvoredo o seguinte:*

*I) Árvores ou arbustos conduzidos em porte arbóreo existentes em espaços municipais, designadamente, espaços verdes, arruamentos, praças e logradouros públicos ou terrenos municipais, genericamente designados como árvores, independentemente da entidade gestora;*

*II) Árvores ou conjuntos arbóreos com regime especial de proteção, classificados de interesse público ou de interesse municipal, situados em terrenos públicos ou privados.*

*Neste sentido o PAN propõe que seja efetuado um registo georreferenciado do arvoredo do município com as seguintes valências e características:*

*1. O registo georreferenciado do arvoredo será mantido pela Câmara Municipal de Aveiro e disponibilizado em plataforma eletrónica partilhada com os gestores do arvoredo e acessível em regime de dados abertos a todas e todos os munícipes;*

*2. As entidades gestoras do arvoredo deverão utilizar a plataforma de modo a mantê-la sempre atualizada;*

*3. A plataforma deverá conter necessariamente as seguintes informações:*

*a) Localização, identificação e caracterização de todos os exemplares arbóreos da cidade;*

*b) Entidade cuidadora (autarquia, particular, associações ou movimentos de cidadãos);*

*c) Estado fitossanitário;*

*d) Intervenções realizadas e programadas;*

*e) Notificações de alerta sobre intervenções a realizar, com a antecedência mínima de 10 dias úteis.*

*A plataforma deve ainda permitir que o cidadão coloque questões e denuncie ocorrências relativamente a cada exemplar arbóreo.*

*No demais deverá ser proibido efetuar rolagem de árvores, retirar ninhos e mexer nas aves ou nos ovos que neles se encontrem em quaisquer circunstâncias.*

*O abate de árvores só poderá ser concretizado em situações de emergência, ou seja, que representem um risco para pessoas e bens, considerando o seu estado de conservação fitossanitária, devidamente avaliado por um técnico do município ou freguesia, de laboratório público ou de instituição de ensino superior ou de empresa habilitada para o efeito e anunciado publicamente na plataforma a criar.*

*Para finalizar, como boas práticas, a intervenção no património arbóreo deve ser efetuada exclusivamente por pessoal habilitado, de acordo com a legislação em vigor.*

*Assim, o PAN propõe que a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua Sessão Ordinária de 13 de novembro de 2020, delibere recomendar à Câmara Municipal de Aveiro a*

*georreferenciação das árvores do município de Aveiro de acordo com a proposta aqui exposta.»*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>046</sup>

*"É apenas duas perguntas. Que experiencia há que conheça deste tipo de sistemas. E se há algum custo que se possa estimar relativamente à sua implementação?"*

Vogal Joao Moniz (BE)<sup>047</sup>

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>048</sup>

*"Obrigado Senhor Presidente. Relativamente a esta proposta mais uma vez o PAN traz aqui sobre um trabalho que está a ser feito. E portanto nem valeria a pena mantê-la porque a Câmara está a tomar conta deste trabalho.*

*Daquilo que me parece desta proposta é que traz uma carga burocrática, prazos, gestores disto e daquilo, parece-me que a coisa não iria funcionar muito bem. Talvez me pudessem explicar como é que no Parque há uns anos houve uma árvore com trezentos e tal anos que caiu, como é que ela poderia ser substituída por uma de porte igual? As árvores nascem, crescem e morrem. E isso de substituir uma árvore de porte por uma de porte igual, quer dizer. Se nós tivéssemos aqui uma espécie exótica, uma sequóia da Califórnia, se calhar teríamos de mandar construir um navio especial para trazer uma para cá para substituir a que caísse. Portanto esta utopia de ideias demagógicas, não há registo.*

*É evidente que a Câmara tenta fazer o melhor possível, mas a exemplo a Avenida Dr. Lourenço Peixinho quando foi construída há 100 anos não puseram lá árvores grandes. O Tribunal quando foi construído há 50 anos não tinha lá árvores, aquelas foram postas posteriormente. No passado foi aqui uma polémica por causa das duas árvores do Tribunal. As árvores crescem. Parece que os senhores desconhecem esse fenómeno. Disse."*

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>049</sup>

*"Boa noite a todos. Eu penso que há aqui questões que têm de ser vistas com alguma bondade. Ou seja a questão que está aqui (ainda bem que o Jorge Greno considera que a Câmara já tem o trabalho feito). Mas se o trabalho já está a ser feito ou se o está a fazer, a única questão que aqui estaria em causa era tornar o resultado desse trabalho transparente. Transparente e interactivo. Mais ainda, foi aqui trazido com o sentido que a mim me parece óbvio, que é se nós temos um problema a resolver com as árvores tornemo-lo público e resolvemos o problema com toda a transparência. Isto é uma oportunidade pedagógica para resolver a questão. E por isso eu não vejo como é que depois vêm os argumentos sobre as sequóias! O que está aqui em causa é a seriedade sobre o assunto. O que está aqui em causa é nós sabermos os critérios. Eu acho que a parte mais importante disso é haver uma informação que está disponível ao cidadão, que é possível clarificar, inclusivamente coisas em que eventualmente há razões de sobra para justificar a gestão do parque arbóreo a favor do abate porque há doenças, a favor disto e daquilo, mas que nós não sabemos. Não estou a ver aqui o grande argumento que foi apresentado. Obviamente a pergunta é legítima. Como é que vamos fazer? Mas o que está aqui em causa é um sistema de informação geográfica. Quando se mete a burocracia como impedimento e quando se diz que o trabalho já está feito, eu começo a ter dúvidas sobre o que está em causa é a bondade das propostas ou outra coisa qualquer."*

Vogal Joaquim Oliveira (PS)<sup>050</sup>

Vogal Pires da Rosa (PS)<sup>051</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>052</sup>

*"Senhor Presidente, apenas para dar uma informação. Não quero participar no debate porque é uma tara perdida. Esclarecer duas coisas. A Câmara tem um sistema de georreferenciação geográfica que funciona bem. Aliás é um dos nós que a SIG tem na região de Aveiro. Temos um nó em cada município e o nó central na Comunidade da Região de Aveiro. Um projecto já com muitos anos. Temos um SIG que funciona muito bem.*

*Neste momento estamos a capacitar o nosso SIG para fazer a integração no âmbito da Região de Aveiro Digital para fazer melhor integração daquilo que são os licenciamentos de obras particulares com a interação imediata no sistema de georreferenciação geográfica.*

*O trabalho que estamos a fazer que ainda não está contratualizado formalmente porque há um problema legal que se está a procurar ultrapassar é um trabalho que eu anunciei aqui nesta Assembleia, que todos ouviram, que estamos a fazer, no quadro da gestão SIG, no quadro da cooperação com uma entidade externa. A Câmara tem boas equipas técnicas globalmente. Nós temos gente competente em todas as áreas da governação. Temos gente competente no licenciamento de obras particulares, nas obras municipais, etc, etc. e também temos na gestão das árvores.*

*Nós temos uma Eng.<sup>a</sup> Agrícola, temos uma Eng.<sup>a</sup> Florestal, pessoas de grande competência. Mas pronto alguém agora quer gente externa!? Esperem aí. Daqui a bocado temos gente externa para tudo. Na Câmara de Aveiro temos duas Técnicas de grande competência nesta área. E estamos tranquilos porque de facto isto é verdade. Se não fosse verdade eu não dizia. Enfim. Temos competência técnica instalada na nossa estrutura para tratar assuntos deste nível. Obviamente que há um cuidado que é aumentar o parque arbóreo urbano, esse é um objectivo claro. As árvores que retiramos do espaço urbano são muitíssimo menos das que temos colocado. Há trinta anos a Câmara nem sequer tinha competências técnicas nisso. Plantava-se maioritariamente choupos e plátanos. Por um motivo muito simples eram as árvores disponíveis com mais rápido crescimento. E havia essa necessidade de a árvore aparecer rapidamente no espaço urbano.*

*Foram algumas colocadas no sítio errado, em passeios com um metro, algumas desacuadas devido ao seu crescimento muito forte e do seu enraizamento muito forte. E obviamente como toda a gente sabe se tentarmos transplantar um plátano ou um choupo, mesmo que não seja velho, ele morre porque é uma árvore que não tem condições de transplante.*

*Portanto o trabalho que fazemos quando tiramos uma árvore velha ou porque está no sítio errado ou porque está a ameaçar cair é por questões objectivas tecnicamente conformadas e a regra é substituímos por uma adequada, mas jovem.*

*E claro que tem de ser jovem. A dinâmica da vida é essa. Os seres humanos velhos são substituídos pelos seres humanos novos. Na Biologia e em tudo o que é vida é assim. Morrem os velhos nascem os novos que um dia hão-de ser velhos. Pois olhem nas árvores é a mesmíssima coisa. Há algumas espécies que aguentam transplante mas são muito poucas. Há uma que é uma espécie fantástica, mas que não se usa no espaço urbano, mas que não se usa que é a Figueira. A Oliveira é uma outra conversa.*

*Só para dar esta nota em termos de informação que é apenas isso que quero fazer. Nós temos um SIG. Estamos a trabalhar para que o nosso SIG integre um trabalho de georreferenciação das nossas árvores. Ele que já integrou pelo nosso trabalho os contentores do lixo. Nos estamos a fazer outras coisas com base nessa plataforma que estamos a desenvolver com a Altice no quadro da Aveiro Steam City, etc.*

*Mas eu já anunciei isso aqui na Assembleia. Já o disse aqui. E estamos de facto a fazer esse trabalho e obviamente onde há projectos em desenvolvimento obviamente que há um trabalho focado para ver as que ficam, as que saem algumas e qual é a espécie que entra. Devo dizer que nas muitas espécies que estamos a escolher não estão choupos nem plátanos. Com algumas exceções de uma plantação que vamos anunciar num dia destes, lá para o início da primavera. E porquê? Porque o sítio onde eles vão ser plantados é altamente propício à presença de um plátano. Mas tenham a certeza que não é num passeio. É um parque aberto onde a zona de implementação tem capacidade para receber um plátano de forma compatível com o resto da paisagem.*

*Portanto dar-vos esta nota de competência, de capacidade e de excelência ao nível da nossa equipa técnica e deste acrescento de parceiros formais, que sabem muito disto para nos ajudarem porque queremos fazer bem.*

*E queremos atingir esse objectivo Rui. Mas eu informei aqui a Assembleia há muito tempo. Olhem não sei se conhecem, até é giro, podem ir ao site da Câmara e ver a plataforma que criamos para acompanharem a execução das obras municipais do mandato. Onde elas se localizam, as executadas, as em execução e as terminadas. Portanto está lá essa plataforma de formas muito simples, podem consultar e vamos actualizando como é evidente. E é isso que estamos a montar para aquilo que chamamos nesse projecto "Floresta Urbana".*

*Quanto a relatórios sobre árvores. São aqueles que em regra são necessários. Mas há sempre um relatório das árvores que são retiradas do seu local para não haver dúvidas. E também como temos aí processos em Tribunal tivemos de ter isso mais capacitado para em Tribunal ter tudo direitinho. Embora quando houve um tempo em que não tínhamos ficha dum relatório dessa natureza tínhamos na mesma um parecer técnico. Não tínhamos era a formalidade como temos agora para gestão destes processos. Como sabem temos dois processos em Tribunal e assim sentimo-nos confortáveis e mais seguros.*

*Mas ouçam toda a transparência e abertura e estamos a montar este processo para que haja essa possibilidade de acompanhamento da "vida" das nossas árvores na tal Floresta Urbana como chamamos. Muito obrigado."*

#### Membros da Assembleia

*Vogal Rui Alvarenga (PAN)<sup>053</sup>*

*"Obrigado Senhor Presidente. Eu mantenho a proposta porque em relação à experiência existe o caso do Porto. Setúbal penso que já está a fazer esse trabalho e esta nossa proposta foi aprovada por maioria em Faro com os votos do PSD e do CDS que aqui contestam esta proposta. Com a abstenção curiosamente da CDU.*

*Isto não tinha propósito ferir suscetibilidades dos funcionários e dos técnicos da Câmara. Aliás a proposta até é bastante completa e não estamos aqui a tratar as arvores como mobiliário urbano ou a misturar contentores com árvores.*

*Há aqui uma questão de conteúdos pedagógicos que estão associados à proposta e que a Câmara eventualmente até podia complementar a proposta que eventualmente não conste da proposta. Eu vou manter por uma questão de coerência porque achei que o trabalho foi meritório. Fizemos este trabalho em Faro, passou na Assembleia, vai ser aplicado. E portanto entendemos que tem algum conteúdo que a Câmara pode eventualmente possa ler.*

*Mas queria referir o seguinte. Todos os que vieram aqui intervir aparentemente desconheciam essa profundidade daquilo que a Câmara diz está a fazer na área. E de facto a Câmara tem que aqui se calhar reconhecer que do ponto de vista comunicacional as coisas não estão a correr bem.*

*De facto toda a gente qui acompanhou a proposta e se calhar se tivéssemos de forma mais atempada essa comunicação e outro tipo de partilhas do próprio município se calhar nos obviamente não nos sentíamos preocupados.*

*Porque mesmo com todos os meios não temos visto preocupação ao abate de árvores mas também temos seguido que de facto a Câmara está com um projecto de replantação de certas espécies. E já que estamos a fazer esse projecto em todo o concelho pareceu-nos a nós que poderia ser complementado por esta proposta. Mantemos porque ela vai obviamente reprovado. Mesmo que passasse não era crível que fosse cumprida. Porque nenhuma que passa aqui nesta Assembleia é cumprida. Mas fica por uma questão de coerência e por uma questão de exposição. É para ficar aqui referido que quisemos dar um contributo à Câmara se a Câmara quiser dialogar nesse sentido tem a nossa disponibilidade. Obrigado."*

(Entretanto saiu da sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa)

Presidente da Mesa: [054](#)

*"Eu queria só fazer um comentário, se me permite deputado Rui Alvarenga, o trabalho é colectivo. Portanto todos diariamente estamos a trabalhar para o nosso município, para a nossa Assembleia.*

*Portanto se os senhores deputados veem que votações aprovadas por esta Assembleia passam demasiado tempo, também agradecemos que vão questionando e certamente serão esclarecidos. Não nos chegou nenhum pedido de esclarecimento objectivo, mesmo da questão que colocou à bocadinha da substituição de material plástico. Estive aqui a consultar, efectivamente foi aprovada uma recomendação genérica, relativo aos serviços da Câmara no seu conjunto para se fazer essa substituição.*

*Também queria citar por exemplo o Senhor Ministro do Ambiente declarou recentemente em face desta problemática do Covid 19, certamente o cumprimento das metas estava de alguma forma prejudicado. É evidente que há que repensar e ter em conta também alguns aspectos que entretanto foram infelizmente colocados.*

*Portanto eu já disse isto várias vezes aos senhores deputados, entre assembleias, contactem connosco e façam remeter também as vossas dúvidas, os pedidos de esclarecimento, que nós encaminhamos para a Câmara, num diálogo permanente em que estamos com a Câmara Municipal para perceber o andamento deste ou daquele problema."*

**Não havendo mais intervenções, colocou à votação [055](#) o Ponto 13 - Proposta de recomendação - Georreferenciação das árvores do Município de Aveiro - apreciação e votação, sendo a mesma rejeitada com vinte dois votos contra (PSD16+CDS6) zero abstenções, e doze votos a favor (PS8+BE2+PCP1+PAN1).**

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Jorge Greno (CDS)

*"Votamos contra, porque este trabalho, como já tinha sido anunciado, está a ser desenvolvido pela Câmara Municipal e, portanto, a proposta está prejudicada por esse trabalho e merece a nossa reprovação."*

Vogal António Salavessa (PCP)

*"Às vezes a CDU tem destas coisas, não vou justificar Faro, lembro é que Setúbal é um município de maioria CDU já alguns mandatos e que tem implementado este sistema. Votei a favor da proposta porque apesar de existir trabalho em curso na Câmara Municipal, a proposta não o contraria, bem pelo contrário. Seria uma oportunidade para manifestar vontade da Assembleia Municipal em que esse trabalho chegue a bom porto."*

Vogal Fernando Nogueira (PS)

*"A declaração de voto é a minha intervenção."*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)

*"O PSD não contesta a proposta, mas vota contra a mesma porque a Câmara Municipal já está a executar o que está a ser proposto."*

(Entretanto reentrou na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa).

**Não havendo mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa da Assembleia colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião da sessão, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão<sup>056</sup> não se verificando intervenções.**

**Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro de 2020.**

**Eram 22:45 horas do dia 27 de Novembro de 2020.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(3:45)